



**PINE INVESTIMENTOS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

***Pine Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.
Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Senhores Cotistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Pine Investimentos), para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

A Administração

8 de fevereiro de 2021

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4	-	17
Ativos Financeiros	5	13.368	61.724
Títulos e valores mobiliários		13.368	61.724
Outros Ativos		2.450	2.772
Despesas antecipadas		50	60
Diversos	6	2.400	2.712
TOTAL DO ATIVO		15.818	64.513
PASSIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Outros Passivos		390	1.113
Fiscais e previdenciárias	7	390	1.088
Diversas		-	25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	15.428	63.400
Capital social		13.385	13.385
De domiciliados no país		13.385	13.385
Reservas de lucros		2.043	50.015
TOTAL DO PASSIVO		15.818	64.513

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Notas	2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		300	1.366	3.473
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.a	300	1.366	3.473
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		300	1.366	3.473
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(250)	(518)	(542)
Outras despesas administrativas	10.b	(173)	(340)	(490)
Despesas tributárias	10.c	(71)	(178)	(162)
Outras receitas operacionais	10.d	19	69	110
Outras despesas operacionais		(25)	(69)	-
RESULTADO OPERACIONAL		50	848	2.931
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		50	848	2.931
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	(13)	(320)	(1.148)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		37	528	1.783
QUANTIDADE DE COTAS		892.300	892.300	892.300
LUCRO LÍQUIDO POR COTA		0,04	0,59	2,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R\$)



	<u>2° Sem. 2020</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro Líquido do semestre / exercício	37	528	1.783
Lucro Líquido abrangente do semestre / exercício	37	528	1.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.385	296	47.936	-	61.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.783	1.783
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	89	-	(89)	-
Reserva estatutária	-	-	1.694	(1.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.385	385	49.630	-	63.400
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.385	385	49.630	-	63.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	528	528
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	26	-	(26)	-
Reserva estatutária	-	-	502	(502)	-
Dividendos pagos	-	-	(48.500)	-	(48.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.385	411	1.632	-	15.428
Saldos em 30 de junho de 2020	13.385	410	50.096	-	63.891
Lucro líquido do semestre	-	-	-	37	37
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva estatutária	-	-	36	(36)	-
Dividendos pagos	-	-	(48.500)	-	(48.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.385	411	1.632	-	15.428

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Notas	2° Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido ajustado		23	497	1.726
Lucro líquido do semestre / exercício		37	528	1.783
Atualização de depósitos judiciais		(22)	(51)	(93)
Impostos diferidos		8	20	36
Varição de ativos e passivos		48.476	47.986	(1.718)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		48.386	48.356	(1.377)
(Aumento) Redução de outros ativos		48	363	(126)
(Aumento) Redução de outros valores e bens		84	10	(60)
Aumento (Redução) de outros passivos		(42)	(743)	(155)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		48.499	48.483	8
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
		(48.500)	(48.500)	-
Dividendos pagos		(48.500)	(48.500)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(48.500)	(48.500)	-
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		(1)	(17)	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3	1	17	9
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / e	3	-	-	17

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As operações da Pine Investimentos são conduzidas no contexto de instituições que atuam integralmente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento ao CPC 24, informamos que estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Pine Investimentos em 8 de fevereiro de 2021, dentre outras providências.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

A Pine Investimentos, com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e Resolução BCB nº 2/20, passou a apresentar as contas do ativo e passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade. Desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e passivo.

As reclassificações das contas patrimoniais e de resultado consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas, conforme abaixo:

Nomenclatura Anterior	Publicado		Nomenclatura Atual	ATIVO	
	31/12/2019	31/12/2019		Atual	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários	61.724	61.724	Ativos Financeiros	61.724	61.724
Outros valores e bens	60	60	Outros Ativos	60	60
Outros créditos	2.712	2.712	Outros Ativos	2.712	2.712
Total	64.496	64.496		64.496	64.496

Nomenclatura Anterior	Publicado		Nomenclatura Atual	PASSIVO	
	31/12/2019	31/12/2019		Atual	31/12/2019
Outras obrigações	1.113	1.113	Outros Passivos	1.113	1.113
Total	1.113	1.113		1.113	1.113

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Pine Investimentos são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras dado a sua adoção.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam baixo risco de mudança de valor justo, que são utilizados pela Pine Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários da Pine Investimentos são classificados na categoria "títulos para negociação".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

d) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: é determinado à probabilidade de quaisquer julgamento ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

h) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

i) Resultado Não Recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	-	17
Total	-	17

5. ATIVOS FINANCEIROS

Títulos e Valores Mobiliários	Valor de Mercado/Contábil		31/12/2020	
	De 3 a	De 1 a	Total	Valor
	12 meses	3 anos	Total	de Curva
Títulos para negociação ⁽¹⁾				
Carteira própria				
CDB ⁽²⁾	1.539	11.829	13.368	13.368
Total de Títulos	1.539	11.829	13.368	13.368

Títulos e Valores Mobiliários	Valor de Mercado/Contábil		31/12/2019	
	De 3 a	De 1 a	Total	Valor
	12 meses	3 anos	Total	de Curva
Títulos para negociação ⁽¹⁾				
Carteira própria				
CDB ⁽²⁾	43.143	18.581	61.724	61.724
Total de Títulos	43.143	18.581	61.724	61.724

(1) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

(2) As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em 31 de dezembro de 2020, são remuneradas a taxa de 99% (99% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. OUTROS ATIVOS - Diversos

	31/12/2020	31/12/2019
Devedores por depósito em garantia ⁽¹⁾	2.244	2.194
Impostos e contribuições a compensar	113	489
Outros	43	29
Total	2.400	2.712

(1) Em 31 de dezembro de 2020 é representado, principalmente, por R\$1.936 (R\$1.891 em 31 de dezembro de 2019) referente a depósito judicial para execução fiscal.

7. OUTROS PASSIVOS - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda e Contribuição social	237	945
Impostos e Contribuições a recolher	153	143
Total	390	1.088

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existem ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

A Pine Investimentos obteve decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 30., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, a Pine Investimentos iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em relação ao PIS, em 31 de dezembro de 2020 esses depósitos representavam R\$308 (R\$303 em 31 de dezembro de 2019). Em relação ao COFINS, em 31 de dezembro de 2020 esses depósitos representavam R\$1.936 (R\$1.891 em 31 de dezembro de 2019).

c) Movimentação das provisões passivas:

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existem obrigações ou processos classificados em perdas prováveis ou possíveis que requerem, respectivamente, provisão ou divulgação nas movimentações das provisões passivas.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social está representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$15,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Pine Investimentos é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Pine Investimentos, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A Pine Investimentos não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, a Pine Investimentos deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Pine Investimentos. Ademais, a Pine Investimentos poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Pine Investimentos.

O saldo de reserva estatutária excedente ao referido limite estabelecido no Contrato Social da Pine Investimentos será submetido a deliberação dos cotistas em reunião de sócios.

d) Dividendos Pagos

Em agosto de 2020, foi aprovada a distribuição de lucros de exercícios anteriores, contabilizados na conta Reservas Estatutárias, no montante de R\$48.500.

10. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Certificado de Depósito Bancário	1.366	3.473
Total	1.366	3.473

b) Outras Despesas Administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com serviços técnicos especializados	199	248
Despesas com serviços do sistema financeiro	16	152
Rateio de despesas administrativas ⁽¹⁾	27	51
Despesas de publicações	25	30
Despesas com processos fiscais	44	-
Outras despesas administrativas	29	9
Total	340	490

(1) Refere-se ao rateio das despesas incorridas individualmente para a manutenção da Estrutura de Gerenciamento junto a controladora.

c) Despesas Tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	55	139
PIS	9	23
Outros	114	-
Total	178	162

d) Outras Receitas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Atualização monetária ativa - depósitos judiciais	51	93
Outras receitas operacionais	18	17
Total	69	110

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), deduzido as participações no resultado	848	2.931
Alíquota vigente	45%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(382)	(1.172)
Outros ajustes	62	24
Imposto de renda e contribuição social	(320)	(1.148)
Sendo:		
Impostos correntes	(300)	(1.112)
Impostos diferidos	(20)	(36)
Despesa contabilizada	(320)	(1.148)

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	17	-	-
Banco Pine S.A.	-	17	-	-
Ativos Financeiros	13.368	61.724	1.366	3.473
Banco Pine S.A.	13.368	61.724	1.366	3.473
Outros Passivos	-	25	27	51
Banco Pine S.A.	-	25	27	51

13. GESTÃO DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

A Pine Investimentos está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Pine Investimentos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos para o Conglomerado Pine. O objetivo do controle centralizado é prover aos Executivos uma visão global das exposições do Conglomerado Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Conglomerado Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Pine Investimentos não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Pine Investimentos não possuía resultados não recorrentes.

c) Outros Assuntos

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em relação ao novo Coronavírus (Covid-19). O contexto atual permanece cercado por incertezas no cenário macroeconômico. Com isto, a Pine Investimentos continua com o monitoramentos constantes. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontrados no relatório gerencial do Consolidado do Banco Pine, disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

A DIRETORIA

CONTADOR

José Aparecido da Silva - CRC nº 1SP152186/O-4

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ nº 92.236.777/0001-78
Avenida das Nações Unidas, 8501 - 30º andar - CEP 05425-070 - São Paulo/SP

